

ENTREVISTA Gilcinéa Barbosa, presidente do CAU-BA

# "É NECESSÁRIA UMA POLÍTICA HABITACIONAL FORTE"

REBECA ALMEIDA\*

Quando chega o período das chuvas são frequentes os riscos de alagamentos e deslizamentos em todo o País. Um agente agravador deste problema são as construções irregulares, feitas sem o devido planejamento. Conhecidas como "puxadinhos", essas construções são comuns nas capitais brasileiras. Segundo a presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia (CAU-BA), Gilcinéa Barbosa, o problema das construções irregulares só pode ser resolvido com legislação, planejamento e decisão política eficientes. Além disso, "investindo em educação e conscientização da sociedade". Em entrevista ao A TARDE, ela aprofunda o assunto, trazendo causas e possíveis soluções.

**Em Salvador, cerca de 80% das construções são irregulares. Quais fatores colaboram para esta realidade?**

Os gestores públicos buscam implementar soluções imediatistas, tratando as questões de forma pontual e não estrutural, afastando a participação de profissionais com a qualificação técnica para encontrar soluções viáveis. Cria-se, assim, um ciclo doente, que, se mantido nesta ordem de funcionamento, tende a piorar.

**Quais fatores influenciam na maior propagação de construções irregulares?**

Entendo que existam três que precisam ser pontuados: a) a falta de gestão participativa, e verdadeiramente colaborativa, entre gestores públicos e profissionais da arquitetura e urbanismo; b) o afastamento dos profissionais na cobrança e na mobilização voltada à efetivação da participação; c) a manutenção de uma visão burocrática linearizada e mecanicista ao interpretar legislações urbanísticas, que dificultam a regularização das edificações

**A falta de moradia adequada**

**gera um déficit habitacional que ultrapassa 600 mil imóveis na Bahia. Com relação a este dado, qual sua influência na propagação de construções irregulares?**

Direta. A população de baixa renda não encontra solução no mercado e improvisa com as alternativas que lhe são possíveis, como compra de lajes, de quintais e muitas vezes em ocupações irregulares.

**Quais os problemas oriundos disso?**

Diante de uma cidade sem planejamento urbanístico, podemos enfrentar a ampliação das áreas de risco por alagamentos, deslizamento de encostas e outros sinistros menos recorrentes, como desmoronamentos, queda de lajes, consumo excessivo de energia elétrica, enfermidades dermatológicas e/ou respiratórias (interferindo no sistema de saúde pública), entre outros.

**Como a quantidade de agentes de fiscalização pode influenciar esta realidade?**

Impossível pensar que apenas agentes de fiscalização poderão impedir a propagação desse tipo de construção. A questão é estrutural, econômica e social. A mudança de cultura é processual. Pensando de forma inovadora, a tecnologia e a nova era digital deverá ser incorporada definitivamente nas estratégias de pensar a fiscalização, com implementação de outras estratégias, a exemplo de parcerias entre órgãos, conselhos e socie-



Uendel Galter / Ag. A TARDE

dade com vista a transformar a cidade em um território mais integrado e sadio.

**Quais as penalidades para quem constrói um "puxadinho"?**

Durante a construção pode haver multa, embargo, interdição e até a demolição da intervenção. Normalmente são analisados não apenas os parâmetros urbanísticos, mas também a situação fundiária do lote e sua condição, se em área de proteção ambiental ou de risco iminente aos ocupantes. Quando a construção já está ocupada, é necessário decisão judicial.

**Como conscientizar a população acerca da necessidade de construções seguras?**

É necessário aproximar as instituições da população, para informar e esclarecer. A assistência técnica, enquanto direito da população, assegurará a participação dos profissionais no pensar soluções voltadas à segurança das edificações. E ainda uma política habitacional forte que trate o problema e consiga demonstrar resultados objetivos e exitosos.

**Conjuntos habitacionais voltados para famílias com baixa renda geralmente são construídos distantes das áreas centrais. Como isso influencia na propagação da informalidade?**

Essas distâncias são um dos maiores fatores de insucesso desses conjuntos. São espaços com possibilidades limitadas de trabalho e de lazer. Hoje o transporte é um dos maiores pesos na renda mensal. Isso faz com que as famílias de baixa renda abandonem estes espaços e busquem alternativas mais próximas do seu espaço de trabalho ou meio de sobrevivência. Ao mesmo tempo temos nos centros empreendimentos imobiliários completamente vazios e abandonados. E o poder público não atuando com vista a eliminar o problema e sim apresentando soluções paliativas ou de garantia da produção mercadológica.

\*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

**Os gestores públicos buscam soluções imediatistas (para as construções irregulares)**

**A população de baixa renda não encontra solução no mercado e improvisa com alternativas**

**A questão é estrutural, econômica e social. A mudança de cultura é processual**

tural, econômica e social. A mudança de cultura é processual. Pensando de forma inovadora, a tecnologia e a nova era digital deverá ser incorporada definitivamente nas estratégias de pensar a fiscalização, com implementação de outras estratégias, a exemplo de parcerias entre órgãos, conselhos e socie-

dade em geral, observando e respeitando o papel de cada organização.

**Como a legislação vigente lida ao se deparar com um caso de construção informal?**

Temos leis para lidar com o assunto, tais como a Lei 3.645/2017, de regularização fundiária e que reconhece o direito de laje; a Lei

11.888/2008, que garante assistência técnica gratuita para a população com até três salários mínimos de renda familiar; além da Lei 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, que reconhece a função social da propriedade. E, no município, o PDDU, a Louos e demais legislações urbanísticas que buscam tratar a questão da informali-

## REVESTIMENTO

Mica Azulejos investe em coleção com peças geométricas

DA REDAÇÃO

A geometria sempre teve seu lugar na criação de ambientes na arquitetura, dando elegância e personalidade ao espaço. A Mica Azulejos Decorados, criada em 2016 pela arquiteta e empresária Gabriela Prusas, oferece coleções exclusivas de azulejos decorativos, desenvolvidas e assinadas pela marca, apresentando linhas de azulejos coloridos com desenhos geométricos que enriquecem o espaço.

Indo contra aos antigos costumes, quando os azulejos só eram colocados em paredes do banheiro, cozinha, varanda e áreas externas, hoje eles são instalados onde a criatividade do morador permitir. Deixando os ambientes mais modernos e descontraídos, a versatilidade dos azulejos decorados possibilita a criação de inúmeras composições, mesmo em espaços em que são pouco usados, como quartos e salas. Mais informações no site [www.micaestudio.com](http://www.micaestudio.com).



Fotos: Mica Azulejos / Divulgação

**Da sala ao quarto, passando pela cozinha e pelo banheiro, azulejos são usados em todos os espaços**

**A Mica Azulejos Decorados foi criada em 2016 pela arquiteta e empresária Gabriela Prusas**

## EVENTO

UFSC realiza Encontro de Sustentabilidade em Projeto

DA REDAÇÃO

Reunindo professores, técnicos, alunos e interessados no assunto, o VII Encontro de Sustentabilidade em Projeto (Ensus) acontece entre os dias 8 e 10 de maio, na Universidade Federal de Santa Catarina. O encontro busca mostrar como levar a sustentabilidade integrada aos projetos e ao desenvolvimento de novos produtos, nas áreas de arquitetura, engenharia e design.

Com uma programação diversificada envolvendo renomados palestrantes da área, como Thalys Nobre (designer da BQMIL), o evento também conta com mesas-redondas, minicursos, sessões temáticas, apresentação de artigos e pôsteres. Custando R\$ 200 para estudantes de graduação e R\$ 250 para docentes, pesquisadores, pós-graduandos, profissionais e quem mais tiver interesse. As inscrições vão até o dia 20 de abril e podem ser feitas pelo site [www.ensus2019.paginas.ufsc.br](http://www.ensus2019.paginas.ufsc.br).